



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADO MESSIAS DONATO

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)**

PROJETO DE LEI Nº 2614 DE 2024

Suprima o inciso II, do art. 3º do
Plano Nacional de Educação para o
decênio 2024- 2034.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a integralidade do inciso II, do art. 3º, do
Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que “aprova o Plano Nacional de
Educação para o decênio 2024-2034”.

Art. 3º

II - a intersetorialidade como abordagem para o
enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada
território.

JUSTIFICAÇÃO

Propõe-se a supressão do inciso II do art. 3º do Projeto de Lei nº 2.614,
de 2024, que estabelece a intersetorialidade como abordagem para o
enfrentamento dos problemas da educação no contexto de cada território.

Embora a ideia de intersetorialidade possa parecer positiva em termos
teóricos, sua inserção como princípio orientador do Plano Nacional de
Educação (PNE) é excessivamente ampla, imprecisa e sujeita a interpretações
ideológicas que podem desviar o foco central das políticas educacionais — a
garantia da aprendizagem, da qualidade do ensino e da valorização do mérito
acadêmico.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADO MESSIAS DONATO

A expressão "intersectorialidade" pode abrir margem para que políticas educacionais sejam indevidamente subordinadas a agendas de outras áreas governamentais (como saúde, assistência social, segurança pública ou questões identitárias), comprometendo a autonomia da educação como política pública prioritária e fim em si mesma. Em vez de fortalecer o sistema educacional, corre-se o risco de diluí-lo em diretrizes genéricas e transversais, dificultando a responsabilização por resultados concretos no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, a ausência de critérios claros sobre o que constitui essa “abordagem intersectorial” pode gerar insegurança jurídica e dificultar a implementação objetiva de metas e diretrizes do plano, comprometendo a efetividade das políticas públicas no setor educacional.

Por essas razões, entende-se que a supressão do inciso contribui para garantir maior clareza, objetividade e foco ao Plano Nacional de Educação, mantendo sua coerência com os princípios da eficiência, da prioridade da aprendizagem e da valorização da educação como eixo estruturante do desenvolvimento nacional.

Sala das Sessões, em de de 2025.

DEPUTADO MESSIAS DONATO
REPUBLICANOS/ES

